

ALEXANDRE GARCIA

Cuba libre

Cuba me fala de muito perto. Como repórter radiofônico, passei dois anos na Rádio Independente falando em Fidel na Sierra Maestra, em 1957 e 1958, até a queda do ditador Fulgencio Batista, no início de 1959. Também fui influenciado pela reportagem de Herbert L. Matthews, do New York Times, de fevereiro de 1957, que mostrava um Fidel democrata, com um exército pronto para derrubar Batista, quando, na verdade, tinha pouco mais de 20 homens e era um comunista dissimulado. A história daquela narrativa resultou no livro O Homem que Inventou Fidel, de Anthony DePalma, também do NYTimes.

Nos anos 60, Cuba exportava La Revolución para a

América Latina, para criar “muitos vietnames” - quase chegou a isso no Chile de Allende. Em Cuba foi um período de milhares morrendo nas prisões políticas e de um número calculado em até 17 mil fuzilados no paredón. Em 1982, nos céus de Angola, precisei pilotar um bimotor sem ter brevê, porque o piloto apagou e só estávamos ele e eu. Quando o piloto acordou, constatou que eu havia saído da rota segura e estávamos acima de baterias cubanas. Eles demoraram a perceber e nos safamos voando baixíssimo. Por fim, Cuba me fala perto, porque preço muito os cubanos que conheço, refugiados aqui em Brasília; alguns foram apresentados ao vinho em minha casa.

Nos anos 80, meu companheiro de almoços, o então

embaixador de Cuba Jorge Bolaños, figura importante do regime, me disse, em gracejo, que Fidel aprendera com o carro inglês: “Hace los cambios com la izquierda, pero maneja com la derecha”. Enquanto durou a União Soviética, Cuba teve ajuda econômica; depois de 1989, começou a afundar. Agora os cubanos chegam ao limite. Por 62 anos privados de liberdade, estão explodindo, mesmo sem armas. O regime está reprimindo o povo nas ruas, onde clamam por Cuba libre, e por Libertad - palavras banidas por seis décadas.

A explosão, liderada pelos jovens cubanos, derruba as narrativas sobre um regime que acena com igualdade e bem-estar, mas na verdade fracassa em ambos e suprime a liberdade. Que cria a burguesia da nomenklatura do partido. Uma utopia que vende sonhos e se transforma em pesadelo. Ontem, manifestantes com bandeiras do PC do B e do PT, diante da Embaixada de Cuba, no Lago Sul, prestaram sonora solidariedade ao regime.

Alexandre Garcia é jornalista | geral@folhadelondrina.com.br | A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a da Folha de Londrina

Cúpula do MPF pede a Aras investigação contra Bolsonaro

Em representação enviada ao chefe do Ministério Público Federal, cinco integrantes do Conselho Superior do órgão alegam que ameaças a eleições configuram crime de abuso de poder

 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. - PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
CEASA/PR - CNPJ 75.063.164/0001-67
NIRE 4130003661-6 - COMPANHIA FECHADA

Edital de convocação para realização de Assembleia Geral Extraordinária.

O Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Paraná S/A -CEASA/PR, através do seu Presidente, com amparo no Artigo 28 inciso XXVI, Seção I do Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de julho de 2021 às 10:00 horas de forma virtual, através do Google Meet.

54ª - QUINQUAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ORDEM DO DIA:
Votação para a mudança do endereço atual da sede administrativa da Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA/PR da Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2143, bairro Jardim Social, CEP nº 82530-010, Curitiba (PR) para a Avenida Silva Jardim, 303, bairro Rebouças, CEP nº 80230-000, Curitiba (PR) e a consequente alteração do artigo 3º, Capítulo I - Denominação, Duração, Sede e Objeto do Estatuto Social, para inserção no novo endereço.

A divisão de informática da CEASA, entrará em contato até 28/07/2021 para definição e envio do “link” de acesso para a videoconferência.
Curitiba 12 de julho de 2021.
Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Conselho de Administração

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 745/2021 - HUOP/UNIOESTE.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de reagentes e materiais diversos para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 200.304,70. **Recebimento das propostas:** Das 9:00h do dia 14/07/2021 até às 09:00h do dia 28/07/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 28/07/2021, 09:00h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 610/2021 - HUOP/UNIOESTE.** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de algodão hidrófilo, atadura de crepe, gessada e ortopédica, campo operatório, compressa de gaze, curativo algodonado, malha tubular e toalha descartável para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 1.589.942,48. **Recebimento das propostas:** Das 9:00h do dia 14/07/2021 até às 09:00h do dia 27/07/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 27/07/2021, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 13/07/2021.

 INSTITUTO ÁGUA E TERRA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 06/2021
AQUISIÇÃO DE PEIXES “JUVENIS”

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de peixes “juvenis”, para atender repovoamento na Bacia do Rio Paraná e Paranapanema, em atenção às demandas dos Municípios Lindeiros com a intenção de recomposição da ictiofauna nativa, para atender as demandas do Instituto Água e Terra.
VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$ 1.122.000,00 (Um milhão cento e vinte e dois mil reais)
ABERTURA: dia 12/07/2021 as 09:30 horas.
DISPUTA DE LOTES: dia 12/07/2021 as 10:00 horas
RESULTADO: DESERTA.

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021
AQUISIÇÃO DE PEIXES “JUVENIS”

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de peixes “juvenis”, para atender repovoamento na Bacia do Rio Paraná e Paranapanema, em atenção às demandas dos Municípios Lindeiros com a intenção de recomposição da ictiofauna nativa, para atender as demandas do Instituto Água e Terra.
VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$ 1.122.000,00 (Um milhão cento e vinte e dois mil reais)
ABERTURA: dia 27/07/2021 as 09:30 horas.
DISPUTA DE LOTES: dia 27/07/2021 as 10:00 horas

Marcelo Rocha

Folhapress

Brasília - Cinco integrantes do Conselho Superior do Ministério Público Federal pediram ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que investigue o presidente Jair Bolsonaro pelo crime de abuso de poder. “As declarações do sr. presidente da República parecem ultrapassar os limites do mero [intangível] exercício do direito constitucional à liberdade de expressão”, afirmaram eles, em representação enviada a Aras nessa terça-feira (13).

“Têm-se aí indicativos da necessidade de pronta atuação do procurador-Geral da República, na condição de procurador-Geral Eleitoral, ante seu papel constitucional de defesa do regime democrático e do livre exercício do direito de sufrágio.”

O posicionamento veio na esteira de declarações de Bolsonaro, que afirma que as eleições de 2022 podem não ocorrer caso não exista um sistema eleitoral

confiável - segundo ele, o voto impresso. A escalada golpista do presidente acontece em um contexto de pesquisas de opinião que apontam picos de rejeição e amplo favoritismo do ex-presidente Lula (PT) na corrida de 2022. Bolsonaro subiu o tom de suas ameaças e, sem apresentar provas, insiste que haverá fraude no ano que vem e que o resultado do pleito já estaria definido.

Os autores da representação a Aras disseram ainda que o fenômeno do abuso de poder é “multifacetado, podendo materializar-se mediante a inversão, a subversão ou, até mesmo, por meio da supressão das ‘regras do jogo democrático’”.

SILÊNCIO

Aras preside o Conselho Superior, órgão máximo de deliberação administrativa na estrutura do Ministério Público Federal. Ele tem sido criticado por seus pares por se silenciar a respeito das declarações de Bolsonaro e por representantes da oposição no Congresso.

Os cinco subprocuradores que cobram providências do chefe do Ministério Público Federal representam metade do colegiado. Entre eles, estão os três nomes das lista tríplice ao cargo de procurador-geral da República entregue recentemente a Bolsonaro. O documento foi assinado por José Adônis Callou de Araújo Sá, Mario Bonsaglia, Luiza Frischeisen, Nicolao Dino e José Elaeres.

A assessoria de imprensa da PGR enviou nota segundo a qual a representação será analisada pela área eleitoral e que, “assim como as representações de qualquer cidadão, será analisada e respondida no momento oportuno”. Um dia antes, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Luiz Fux, havia se reunido com Bolsonaro e afirmou, após o encontro, que acertou com o presidente da República uma reunião entre os chefes dos Três Poderes que servirá para fixar “balizas sólidas para a democracia brasileira, tendo em vista a estabilidade do nosso regime político”.

CPI da Covid recorre ao STF e obtém aval para agir contra silêncio sistemático de depoentes

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, acolheu parcialmente nessa terça-feira (13) uma demanda da CPI da Covid que dá fôlego para a comissão reagir à sistemática atitude de depoentes de permanecerem em silêncio, graças a decisões da Justiça. Fux atendeu parcialmente a dois embargos (recursos), um apresentado pela CPI e outro pela defesa de Emanuele Medrades, representante da Precisa Medicamentos que decidiu ficar em silêncio no depoimento dessa terça. Pela decisão de Fux, cabe ao depoente decidir se a resposta a uma pergunta poderá incriminá-lo, mantendo, assim, o silêncio.

O magistrado, no entanto, diz que nenhum direito é absoluto e que cabe à CPI avaliar se o depoente abusa dessa prerrogativa. Emanuele Medrades abriu mão, inclusive, do seu pronunciamento inicial de 15 minutos antes dos questionamentos. Afirmou apenas que foi a própria CPI que a tratou como investigada e que seguiria orientações de seus advogados e permaneceria em silêncio. Os senadores reagiram e afirmaram que o habeas corpus garante o silêncio apenas nas questões que a envolvem. A depoente, portanto, deveria se manifestar sobre outros assuntos. Por causa disso, o presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), decidiu suspender a sessão e entrou com um embargo de declaração no STF questionando os limites do silêncio da depoente. (Folhapress)